

GÊNERO E PRECONCEITO: REFLEXÕES SOBRE A DESPATOLOGIZAÇÃO DA SEXUALIDADE

Priscila Abreu De Carvalho⁽¹⁾

¹Mestre em Psicologia; Psicóloga clínica e Professora nos cursos de graduação de Psicologia; Letras e Engenharia civil e Pós-graduação em Docência do Ensino Superior da Fepi; priabreu@yahoo.com.br

RESUMO

O emprego do termo gênero e sua compreensão se modificaram ao longo dos anos para abarcarem cada vez um número maior de expressões e manifestações do comportamento e da sexualidade humana. Categorias estáticas ou estigmatizantes consideradas saudáveis, normais e ideais em relacionamentos, preferências e características pessoais vêm sofrendo fortes transformações e abrindo espaço para novas compreensões do que são chamadas as categorias de gênero. No entanto, apesar da pós modernidade trazer consigo a flexibilização de valores e significados á luz de novos contextos sociais e culturais, o preconceito, a exclusão e a discriminação frente às diferentes formas de expressão individual da sexualidade humana, ainda são comuns e exercem psicologicamente efeitos prejudiciais àqueles que os sofrem, como baixa auto-estima, diminuição no senso de orgulho próprio, sentimentos de inferioridade e dificuldade de luta pela legitimação de seus direitos. Sob este prisma, a psicologia e o presente artigo, apresentou uma breve explanação sobre a sexualidade e multiplicidade dos gêneros e propôs uma reflexão sobre a importância da compreensão dos aspectos psicológicos envolvidos nesta multiplicidade. O artigo conclui que negar o direito de expressão das identidades de gênero, não somente fere documetos universais, como a Declaração de direitos humanos, como também representa uma forma de violência psicológica e social. Assim sendo, a legitimação aos papéis e identidades das pessoas, seria um item de saúde mental e bem estar, por permitir que as pessoas se expressem sem medo de julgamentos prejudiciais à sua auto-imagem e auto-estima.

Palavras-chave: Sexualidade humana; Gênero; Preconceito; Despatologização da sexualidade; Igualdade; Psicologia.

INTRODUÇÃO

A expressão da sexualidade humana de forma geral, tem sido objeto de estudo das ciências sociais e humanas há séculos. Este interesse têm sua origem na premissa de que sexo e gênero são aspectos complementares, porém diferentes. O primeiro é entendido como um aspecto biológico, capaz de definir caracteres físicos, anatômicos e hormonais, e o segundo, como um reflexo de construções sociais, psicológicas e identitárias que podem ou não coincidir com o sexo de nascimento. Tais manifestações, por vezes consideradas contraditórias à luz dos padrões dualistas de homem, mulher, femininino e masculino, ecoam na contemporaneidade não somente como novos objetos de estudo, mas especialmente como novos modelos vivenciais de gênero, que transgridem às compreensões tradicionais dos papéis sociais e sexuais.

Desta forma, este artigo, apresenta uma breve explanação sobre a sexualidade e a multiplicidade dos gêneros e propõe uma reflexão sobre a importância da compreensão dos aspectos psicológicos envolvidos nesta multiplicidade, para a redução do preconceito e promoção de maior igualdade e respeito às diferenças.

Durant (1963), Lins (2010) e Birman (2012) apontam que a sexualidade, desde o surgimento das sociedade ocidentais primitivas, foi regida por códigos e normas que visavam sua regulação que se justificavam pela idéia de que como os seres humanos são frutos do ato sexual, seria preciso um código de conduta que normalizasse tais manifestações privadas em um nível social. Desde então, a esfera íntima foi bastante explorada e manipulada por idéias e manuais religiosos, médicos, educacionais, políticos, econômicos e sociais. Noções de certo e errado, saudável e não saudável foram difundidas, criando concepções que definiram

os aspectos de “normalidade” em relação a sexualidade.

Os autores ainda apontam que o modelo de casal tradicional formado por um homem e uma mulher, bem como o modelo de família ideal representado pelo perfil de pais e filhos integrados em uma união estável, perdurou como basicamente a única estrutura aceitável de relacionamento amoroso e familiar até a década de 1940, aproximadamente.

Praun (2011) diz que mudanças sociais profundas e gradativas, como: os avanços da medicina preventiva e reprodutiva, a emancipação feminina em decorrência das grandes guerras mundiais, as mudanças nos padrões educacionais, as alterações econômicas decorrentes da industrialização, o surgimento de uma sociedade de consumo, as tecnologias de comunicação, dentre outros eventos, fomentaram uma maior liberdade de expressão pessoal vivenciada a partir do Século XX. Tal liberdade, trouxe portanto, não somente revisões quanto a papéis ocupados por pessoas de sexos diferentes e discussões sobre gênero, como também permitiu outros entendimentos sobre formas de amor, exigindo redefinições nas suas compreensões. A partir destas transformações culturais e sociais, pode-se dizer que o conceito de gênero se expandiu e passou a ser entendido como um conjunto de crenças, traços de personalidade, atitudes, valores e condutas que norteiam as diferenças entre homens e mulheres (Porchat, 2008). Dentre estas diferenças, a psicologia faz destaque para a identidade de gênero, que seria a vivência privada da sexualidade, do papel social do sujeito, e, da vivência diante deste papel social, que é entendida como a expressão pública da identidade de gênero.

Gênero portanto, é um conceito que só pode ser pensado a partir das relações interpessoais e de seus significados, não podendo ser entendido distanciado dos valores e da cultura. Na pós modernidade, estes valores e representações culturais são cada vez mais amplos, situacionais, relativos e analisados sob uma ótica contextual.

Sendo assim, entre o homem e a mulher, existe uma infinidade de gêneros que também se misturam a questões biológicas e de orientação sexual.

Termos como: transexuais, intersexos, transgeneros, queer, pansexual, pansensual, ambisexual, polisexual, queer-bissexual, androfílico, ambifílico, cisgênero, crossdressed, divergente e tantos outros, estão sendo usados para definir preferências sexuais ou categorias de gênero (LANZ, 2011). Estes, por sua vez, são defendidos por grupos de pessoas que militam a favor da ideia de que as pessoas devem ter o direito de, em sociedade, agirem e serem como se sentem.

Jesus (2012) e Porchat (2008), discordam portanto, da ideia imperativa que obriga as

pessoas a serem unicamente homens ou mulheres sob o risco de exclusão, apontando que aquilo que está entre os gêneros ou na transgeneralidade é tão humano quanto qualquer expressão humana.

Os comportamentos de preconceito, sob este ponto de vista, existem, pois a visão de gênero na contemporaneidade está em migração, ou seja, está transitando entre os esteriótipos tradicionais e as novas formas relacionamento das pessoas consigo, entre si e com a sociedade.

Proud (2011), aponta ainda que, assim como os padrões machistas e feministas tinham um forte componente ligado a manutenção das relações sociais e de poder, as questões de gênero na atualidade também trazem consigo estas facetas, através da reprodução de esteriótipos. Estes, quando associados a características pessoais menos valorizadas nas sociedades em que se manifestam, diminuem, na população estereotipada, a auto-estima e o senso de orgulho próprio, que psicologicamente traz o sentimento de inferioridade e dificuldade de luta pela legitimação de direitos.

Tal afirmação pode ser percebida em noticiários e denúncias que ainda apontam que a violência contra mulheres no Brasil alcança números expressivos e alarmantes. Em 2014, a secretaria de políticas para mulheres da presidência da república divulgou que houveram 52.957 denúncias de violência física, moral, psicológica, sexual, patrimonial e tráfico. Mostra ainda que em 2011, a taxa de homicídios entre mulheres com idades entre 15 e 24 anos, foi de 7,1 mortes para cada 100 mil e de 4,1 para mulheres mais velhas (COMPROMISSO E ATITUDE, s/d).

A violência contra homossexuais também é uma realidade no Brasil. Mello (2014), aponta que em 2012 foram registradas cerca de 328 mortes de homossexuais, vítimas de crimes de ódio, e, entre os anos de 2008 e 2013, 486 transexuais foram mortos.

Para o antropólogo Luiz Mott (apud Mello, 2014), o Brasil é o responsável por mais de 44% das mortes de pessoas LGBT's (Grupo de lésbicas, gays, bissexuais e transsexuais). Para ele, o crescimento dos movimentos em prol dos direitos deste grupo de pessoas e a conquista já alcançadas, despertam intolerância e ódio.

Os dados acima mostram uma realidade bastante trágica e que mesmo sem tais consequências, pode ser sentida por um grande número de pessoas que são privadas de freqüentarem certos locais, exercerem certos cargos em seus trabalhos, que são humilhadas a partir de nomes e apelidos que recebem de forma deliberada e ainda impedimentos diante de direitos civis.

Praun (2011) e Paiva (2008), destacam portanto, que a discriminação forjou discursos e termos perjorativos que marcaram e

continuam marcando pessoas que se sentem biologicamente e/ou psicologicamente em evidência por sua sexualidade.

Segundo dados do CFP- Conselho Federal de Psicologia (2014), o sofrimento a que são submetidas estas pessoas em situação de exposição e vulnerabilidade social, exige da sociedade, um olhar despatologizante, que não reproduza a concepção normativa de que deve haver compulsoriamente, uma coerência entre sexo biológico/gênero/desejo sexual.

Mudar portanto, a maneira como nos relacionamos a estas identidades, também envolve abrir mão de uma certa medida de controle moral e instituir novos elementos de regulação social e discursos que tragam o respeito ao outro como prioridade.

Ao se assistir tantas manifestações de pessoas isoladas e grupos organizados nas ruas e mídias sociais no Brasil e no mundo, pode-se presumir que seja justamente por respeito que lutem.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho visa promover uma breve reflexão e explanação sobre a sexualidade e multiplicidade dos gêneros, a partir de artigos atuais e considerações do CFP- Conselho Federal de Psicologia acerca do tema.

CONCLUSÕES

A história das civilizações humanas, infelizmente, demonstra que o preconceito sexual e de gênero têm sido um fenômeno bastante comum. Suas ocorrências foram justificadas até o século XX, por questões morais, que apontam que qualquer forma de relacionamento ou comportamento diferente do que foi instituído como "normal", seria digno de exclusão por ofender aos costumes vigentes.

No entanto, o estilo de vida da pós modernidade, tornou-se menos rígido, mais fluído e permissivo, ao observar os fenômenos culturais e sociais como aspectos mutantes, que se reinventam à luz das novas necessidades e valores das pessoas e sociedades. Assim, o que já foi visto com estranhamento, pode se revelar óbvio, aceitável e até desejável.

Tal afirmação também pode ser válida no campo das relações humanas e afetivas, já que o entendimento da subjetividade humana reforça sua faceta plural e complexa. Vetar, portanto, manifestações desta subjetividade, sob o prisma de uma norma única e rígida, não é sustentável, tanto por restringir direitos, quanto por causar sofrimento de ordem pessoal e coletiva.

As formas de exclusão social, preconceito e discriminação voltadas contra o que se convencionou chamar de categorias de gênero, sejam estes gêneros quais forem, ferem o que a Declaração de direitos humanos universais prega desde 1948, em seu artigo XXVI, ítem II: todas as pessoas tem direito a instrução que respeite e permita o pleno desenvolvimento da personalidade humana e o respeito pelos direitos e liberdades fundamentais humanas. Estas liberdades envolvem por sua vez, compreensão, tolerância e amizade entre nações, grupos racias, religiosos e até mesmo em relação às questões de gênero (UNESCO, 1998).

Vê-se que o direito que traz legitimação aos papéis e identidades das pessoas, também se faz um ítem de saúde mental e bem estar, ao permitir que as pessoas se expressem sem medo de julgamentos prejudiciais à sua auto-imagem e auto-estima.

Muraro e Boff (2010), já diziam que a sexualidade humana não é algo que se tem, é algo ontológico, ou seja, é uma dimensão do ser, pois os seres humanos são sexuados em todas as suas dimensões: corporais, mentais e espirituais. Assim, pedir que alguém negue sua identidade a si mesmo e os outros, seria não somente uma violência, mas a declaração de uma inverdade, mesmo quando a verdade está visivelmente explícita.

REFERÊNCIAS

BIRMAN, Joel. Sexo e sociedade. **Revista *Mente e Cérebro***. São Paulo: Duetto, no. 228, Janeiro de 2012.

BOFF, Leonardo; MURARO, Rose Marie. **Feminino e Masculino: uma nova consciência para o encontro das diferenças**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

COMPROMISSO E ATITUDE- Lei Maria da Penha. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/dados-nacionais-sobre-violencia-contra-a-mulher/>. Acesso em: 14/07/2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. CFP realiza ações pela despatologização das identidades Trans. 2014. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/cfp-realiza-acoes-pela-despatologizacao-da-identidade-trans/>. Acesso em: 13/07/2015.

DURANT, Will. **Nossa herança oriental**. Rio de Janeiro: Record, 1963.

JESUS, Jaqueline Gomes. **Orientações sobre Identidade de Gênero: Conceitos e Termos-** Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros,

para formadores de opinião. Brasília: Autor, 2012.

LANZ, Letícia. Dicionário transgênero. 2011. Disponível em: <http://www.leticialanz.org/dicionario-transgenero/>. Acesso em: 13/07/2015.

LINS, Regina Navarro. **A cama na varanda**. Rio de Janeiro: BestSeller, 2010.

MELLO, Alessandra. **Brasil amarga o preço da intolerância e lidera ranking de violência contra homossexuais. 2014**. Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2014/09/22/interna_nacional,571621/brasil-amarga-o-preco-da-intolerancia-e-lidera-ranking-de-violencia-contrahomossexuais.shtml. Acesso em: 14/07/2015.

PAIVA, Vera. Dossiê Psicologia e sexualidade no Século XXI - A psicologia redescobrirá a sexualidade? **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, n. 4, p. 641-651, out./dez. 2008.

PORCHAT, Patrícia. A dança dos Gêneros. **Revista Mente e Cérebro**. No 185. Duetto. Junho, 2008.

PRAUN, Andrea Gonçalves. Sexualidade, gênero e suas relações de poder. **Revista Húmus**. 2011. Disponível em: <http://www.humus.pro.br/201115565.pdf>. Acesso em: 2/07/2015.

UNESCO. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Brasília, 1998. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>. Acesso em: 14/07/2015.